

Sant'Anna afirma que o governo é contra mudanças na Constituição

Da Sucursal de Brasília



O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, 53, disse que é contra mudanças na atual Constituição. A Folha apurou que o governo teme o início de um processo de revisão permanente da atual Carta, e está preocupado com a possibilidade de ficar sem instrumentos para agir diante da crise econômica.

Com exceção do PFL, todos os partidos no Congresso constituinte concordam sobre a necessidade de fazer modificações imediatas na Constituição em vigor. As divergências são sobre a forma de efetivá-las,

se pelo Congresso constituinte ou pelo Congresso Nacional.

Sant'Anna acha que esse não é o melhor momento para o Congresso restabelecer suas prerrogativas. Segundo ele, essa é uma medida que pode esperar até setembro, quando ficará pronta a nova Constituição. O governo concorda, porém, com a suspensão dos trabalhos ordinários da Câmara e Senado, este ano, que se reunirão apenas extraordinariamente, para apreciar matérias urgentes e de alta relevância, informou.

Carlos Sant'Anna reuniu-se em sua casa, na noite da última quinta-feira, com os deputados Maurílio Ferreira Lima (PE), Antônio Britto (RS), Virgildásio de Senna (BA) e Bernardo Cabral (AM), para iniciar os entendimentos em torno da polêmica questão da soberania do Congresso

constituinte. Os parlamentares ficaram de apresentar ao líder do governo, na próxima terça-feira, uma proposta contendo os aspectos consensuais que, no entender de aproximadamente cinquenta deputados peemedebistas, afirmam a soberania do Congresso constituinte.

Os deputados querem, além do funcionamento extraordinário da Câmara e do Senado, a devolução das prerrogativas do Congresso, a revogação do estado de emergência e do decreto-lei e a competência do Congresso constituinte, ou seja, até onde os parlamentares podem ou não avançar. "Não queremos fazer duas constituições, mas livrar o processo constituinte de mecanismos autoritários, remanescentes de 67 e 69", afirmou Antônio Britto.

Carlos Sant'Anna propôs aos depu-

tados que apresentem a ele uma proposta explicando quais alterações constitucionais desejam fazer agora, por que fazer isso neste momento e não esperar para setembro e quais as implicações políticas de alterar neste momento a atual Constituição. Os parlamentares peemedebistas querem que o Congresso constituinte se reúna, faça a revisão desses pontos e estabeleça que qualquer outra alteração na Constituição seja feita via Congresso Nacional. O governo gostaria que tais revisões fossem feitas pelo Congresso. Como isso encontra resistências em boa parte da banca da peemedebista, pode ser que a forma consensual seja a realização das alterações pelo Congresso constituinte e a determinação de que, a partir daí, novas alterações serão feitas apenas pelo Congresso Nacional.

Regimento recebe mais de 5 mil emendas; ampliado prazo do relator

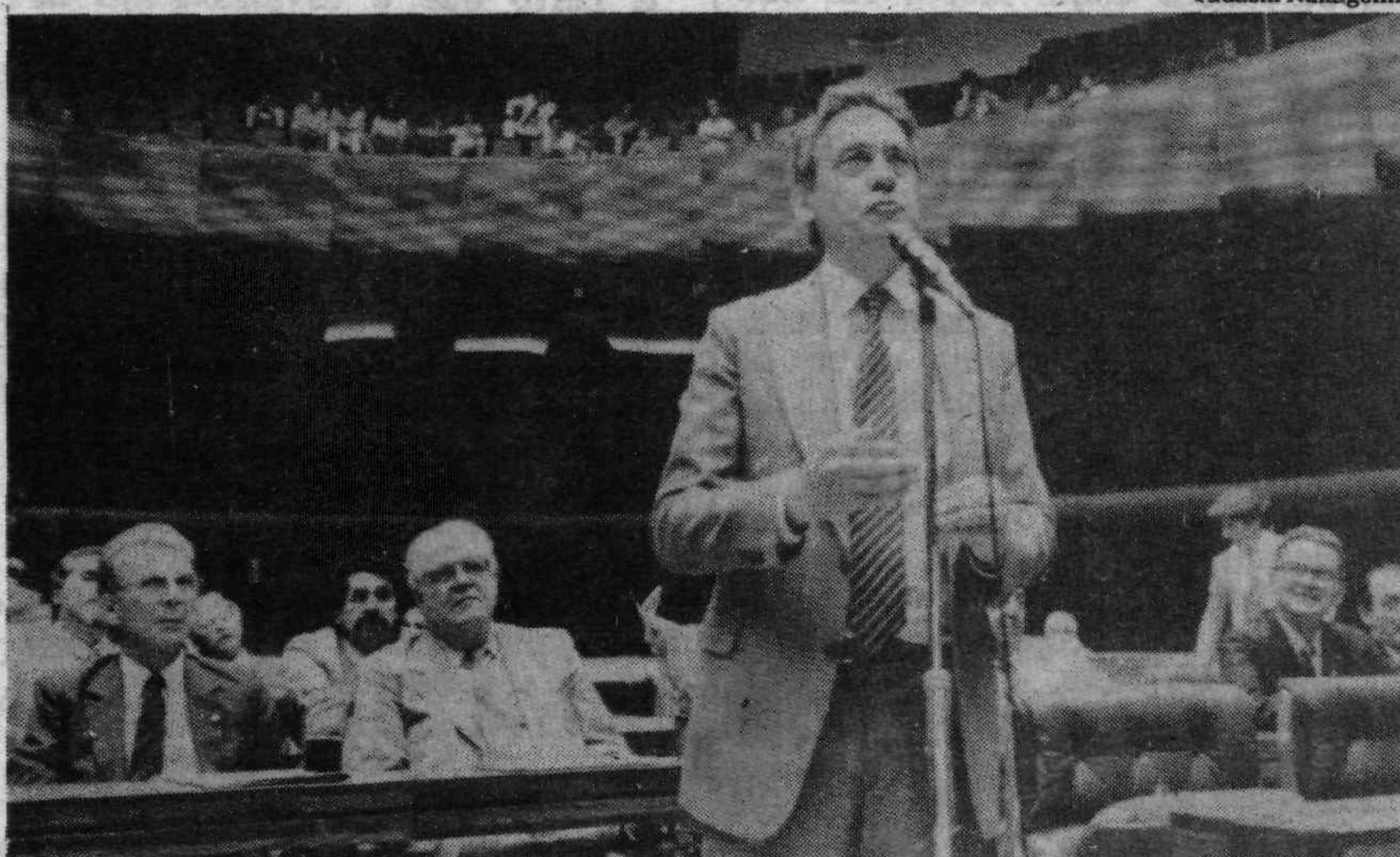
Tadashi Nakagomi

Por causa do grande número de emendas (superior a cinco mil), o relator do projeto de regimento interno do Congresso constituinte, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), obteve ontem uma dilatação do prazo para apresentar o seu parecer. Na sessão de ontem do Congresso constituinte, seu presidente, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), deu nova interpretação ao regulamento provisório, ampliando o prazo de cinco para sete dias. Em vez de terça-feira, o seu relatório só será divulgado na sexta-feira. Cardoso prometeu, em plenário, que vai tentar encaminhar o parecer até quinta-feira.

Ao pedir explicações a Ulysses em plenário, Cardoso disse que tinham sido apresentadas 994 emendas, mas que ele, até ontem, não as havia recebido. O senador disse acreditar que houvesse muito mais emendas, pois centenas não mudavam apenas um único artigo, mas vários.

A Folha apurou depois, na Secretaria Geral da Mesa, que o senador terá muito mais trabalho do que imagina. Como muitas emendas foram quebradas em outras, havia mais de cinco mil. A numeração mais alta, numa apressada consulta às folhas de computador do Prodasen, indicou que havia uma emenda nº 5.064.

Cardoso disse que permanecerá este fim-de-semana em Brasília, trabalhando com mais 25 funcionários do Senado, especialistas em regimentos legislativos. Ele teve, às 16h de ontem, uma audiência com o presidente Sarney no Palácio do Planalto. De manhã, afirmou a amigos que, durante a próxima semana, também



Fernando Henrique indaga da mesa da Constituinte o número de emendas

estará resolvida a questão da soberania no Congresso constituinte.

Uma das emendas mais polêmicas que ele terá que examinar é a do deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), que estabelece as "resoluções constitucionais", pelas quais a Constituição de 1967 poderá ser modificada pelo Congresso constituinte. O deputado José Genoíno (PT-SP) também apresentou emenda idêntica.

Além disso, PT, PDT e PFL apresentaram substitutivos completos ao regimento interno. Os pefelistas conseguiram ser mais longos do que o próprio anteprojeto: propuseram 86 artigos contra os 66 que estão em debate. Subscrito pelo senador Afonso Arinos (RJ), o substitutivo do PFL determina que o Congresso constituinte só delibere sobre a futu-

ra Constituição e não prevê nenhuma forma de referendo popular.

As resoluções

Juntamente com as mais de cinco mil emendas ao projeto de regimento interno, Cardoso terá outro problema: vários projetos apresentados são resoluções ou moções constitucionais que modificam itens da atual Carta. Os deputados Egidio Ferreira Lima e José Genoíno apresentaram emendas ao projeto de regimento introduzindo essa hipótese. Genoíno diz em seu projeto que as moções seriam analisadas por uma comissão de resoluções, composta por trinta parlamentares. Essa comissão teria de se pronunciar em sete dias. A votação em plenário ocorreria em sessão extraordinária.

Pequenos partidos protestam contra líder da minoria

O deputado Amaral Netto (PDS-RJ), 64, apresentou-se ontem, na sessão plenária do Congresso constituinte, como líder da minoria na Câmara, provocando protestos do PT, PDT e PC do B. Amaral Netto afirmou que, pelo artigo 12 do Regimento Interno da Câmara, é líder de todos estes partidos e mais do PCB, PL, e PTB.

Esse artigo dispõe que, "constituída a maioria por uma legenda ou composição partidária, a legenda de representação imediatamente inferior será considerada a minoria" (o PDS se enquadra nesse caso).

Uso indevido

O deputado Amaury Muller (PDT-RS), 50, disse que o pedessista usa indevidamente o regimento. Na sua opinião, o artigo 11 do Regimento afirma que os partidos podem, se quiserem, formar lideranças conjuntas.

O vice-líder do PC do B, Aldo Arantes (GO), 46, disse que mesmo que o Regimento determine que Amaral Netto é o líder da minoria, seu partido não aceitará. Arantes disse que a oposição que o seu partido faz ao governo é absolutamente diversa da oposição que faz o PDS.

Pelo PT, José Genoíno (SP), 39, disse que a liderança é "uma questão política e não regimental. Não vamos ser liderados por quem defendeu a ditadura".

CNBB quer referendo para Carta

A Igreja defenderá junto aos constituintes, com os quais começará a se reunir na próxima semana, que a nova Constituição passe por um referendo popular e que o mesmo tratamento seja dado aos dispositivos polêmicos aprovados ou rejeitados por um terço dos membros do Congresso constituinte, segundo o bispo de Bauru (SP) e coordenador da Comissão para Assuntos Constitucionais da CNBB (Conferência Naci-

onal dos Bispos do Brasil), d. Cândido Padin.

A comissão lançou ontem o "Boletim Constituinte", com tiragem de 4.500 exemplares, no qual afirma que os "ataques" feitos ao Congresso constituinte se explicam pelo temor dos grandes grupos econômicos que, prevendo "uma rebelião parlamentar, preferem uma Constituinte fraca e desmoralizada aos olhos do povo, a fim de não correrem risco de transformações indesejadas".